

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional do PJe
Data	27/3/2023
Horário	17h
Local	Telepresencial – Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">– Desembargadora Luciane Storer;– Desembargador Wilton Borba Canicoba;– Alessandra Rangel Paravidino Andery, Procuradora Regional do Trabalho;– Levi Rosa Tomé, Juiz Auxiliar da Presidência;– Flávio Landi, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;– Carlos Eduardo Oliveira Dias, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional;– Camila Ceroni Scarabelli, Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiá;– Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário;– Edson Lacir Donadon, Secretário Judiciário;– Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;– Eydie Cristina de Souza, Oficial de Justiça do Fórum Trabalhista de Jundiá;– Brenda Silva Loureiro de Oliveira, Calculista da Vara do Trabalho de Itararé;– Luciana Camilo de Figueiredo, Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Araraquara;– Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">– Desembargador Fábio Bueno de Aguiar;– Vladimir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional;– Glauco Felizardo, Secretário-Geral da Comissão Especial de Relacionamento da OAB ESTADUAL/SP com o TRT15;

Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- PROAD 27357/2022 - Nova versão do JTe e eventual proposta de alteração regimental referente à sustentação oral - Aguarda análise do Comitê Gestor Regional do PJe;- PROAD 5282/2022 – Sugestões da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual para eventual parceria com outro Tribunal para auxílio remoto e outros itens - Aguarda manifestação do Comitê Gestor Regional do PJe e do Núcleo de Apoio ao PJe acerca do pertinente ao Aud e mais informações - Análise de eventual proposta de e-mail do Comitê às unidades de 1G para informar como é feito o atendimento de TI, quais canais, horários etc;- PROAD 33241/2022 - Pedido de compartilhamento de informações relativas às sentenças proferidas no âmbito do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto/SP – Parecer aprovado pelo Comitê Gestor de Proteção de Dados no sentido de que é viável autorizar o fornecimento, desde que obedecidos alguns critérios, tais como obrigatoriedade de anonimização ou consentimento do pesquisado, assim como demonstração da destinação dos dados depois da utilização na pesquisa – Aguarda análise do Comitê Gestor Regional do PJe;- PROAD 28547/2022 - autos ao Comitê Gestor Regional do PJe, para manifestação do quanto proposto acerca de "Extensões do PJe - Demandas da Oficina Pensando Gestão de Pessoas do FT de Bauru";- ConsAdm 000020-22.2023.2.00.0515 PJeCor - Consulta Administrativa autuada a partir da constatação da exclusão do Perfil de Administrador Negocial, no Processo Judicial Eletrônico, de servidores lotados na Secretaria da Corregedoria Regional - Despacho da Corregedoria de ciência ao Comitê Gestor Regional do PJe, ao Secretário Judiciário e ao Núcleo de Apoio ao PJe;- Outros assuntos.
-------------------------	---

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Deu as boas-vindas aos novos integrantes e pediu ao Herbert a criação de chat e de grupo no WhatsApp, para discussão das demandas.

Explicou que, para desburocratizar, deu andamento aos assuntos corriqueiros, como integração de sistemas de procuradorias com sistema PJe. Pediu a validação de todos para fazer assim, por ciência, quando não houver necessidade de manifestação ou deliberação/proposta do Comitê. Todos aprovaram.

Os membros concordaram em realizar reuniões mensais, na última segunda-feira do mês, às 17h, ficando a Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês responsável por enviar convites.

O Comitê passou a avaliar cada PROAD, de acordo com a pauta compartilhada anteriormente pelo Google Agenda.

- **PROAD 27357/2022** - Nova versão do JTe e eventual proposta de alteração regimental referente à sustentação oral - Aguarda análise do Comitê Gestor Regional do PJe:

Herbert explicou que trata de cadastro dos advogados para realizar sustentação oral, sem limite de horário para inscrição.

Paulo sugeriu encaminhamento à Comissão de Regimento Interno, que já tem discutido o assunto.

Dr. Levi ponderou que é necessário levar em consideração inclusive a possível adequação do Regimento Interno, que hoje ainda não prevê tal medida.

Dra. Luciane considerou que o PROAD veio para análise técnica, sobre a ferramenta em funcionamento no PJe, manifestando que as Secretarias de Turmas precisam ser orientadas sobre como usar a ferramenta.

Dr. Wilton reforçou que precisa haver liberação conjunta ou prévia, para queo Regimento Interno defina os parâmetros.

Ferramenta está tecnicamente ok, podendo ser disponibilizada se aprovada por alteração regimental.

Edson Donadon refletiu sobre ferramenta permitir anotação sobre sustentação, mas sem maiores detalhes que tragam vantagens. Dr. Wilton também concordou que vai agregar, trazer mais um caminho, mas com dúvidas sobre utilização, com medo de regredir e exigir anotação manual depois. É orientação e tendência o uso do aplicativo, além de já ser uma ferramenta pronta a ser usada.

Dra. Luciane esclareceu que a ata da correção exigiu isso anteriormente e que o papel do Comitê é análise técnica.

Comitê concordou em encaminhar, com sugestão à Comissão de Regimento Interno.

- **PROAD 5282/2022** – Sugestões da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual para eventual parceria com outro Tribunal para auxílio remoto e outros itens - Aguarda manifestação do Comitê Gestor Regional do PJe e do Núcleo de Apoio ao PJe acerca do pertinente ao Aud e mais informações - Análise de eventual proposta de e-mail do Comitê às unidades de 1G para informar como é feito o atendimento de TI, quais canais, horários etc:

Dr. Levi explicou que foi formado grupo de secretários de audiência, o qual realiza testes de todas as versões do AUD4. Herbert completou que também há testes do PJeCalc pelos servidores das VTs.

Com isso, a demanda já foi atendida, com homologações pelo grupo formado.

Comitê sugeriu envio de e-mail corporativo para avisar quando houver nova versão do AUD, por exemplo.

Paulo questionou se a atualização traz uma palavra-chave que permite saber o que foi alterado.

Dr. Levi explicou que havia a promessa de o sistema puxar tag, para abrir outros documentos e referências dos atos judiciais. No entanto, não tem funcionado essa opção.

Dra Luciane solicitou ao Dr. Carlos Eduardo que faça um levantamento com os secretários de audiências sobre o funcionamento, as melhorias e as sugestões para o sistema.

O Comitê concordou em oficiar o Comitê Nacional em relação às melhorias, elencando as que foram feitas e solicitando outras para o AUD4.

- **PROAD 33241/2022** - Pedido de compartilhamento de informações relativas às sentenças proferidas no âmbito do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto/SP – Parecer aprovado pelo Comitê Gestor de Proteção de Dados no sentido de que é viável autorizar o fornecimento, desde que obedecidos alguns critérios, tais como obrigatoriedade de anonimização ou consentimento do pesquisado, assim como demonstração da destinação dos dados depois da utilização na pesquisa – Aguarda análise do Comitê Gestor Regional do PJe:

Dra. Luciane explicou que solicitou que houvesse manifestação prévia do Comitê Gestor de Proteção de Dados.

Dr. Levi esclareceu que, em termos técnicos da LGPD, é possível, desde que haja anonimização de dados, mas em relação à operacionalizar é que não se sabe se é possível.

Herbert explicou que o sistema PJe, atualmente, não tem essa funcionalidade. A própria funcionalidade de jurisprudência pega dados do 2º grau e não do 1º.

Teria que deslocar equipe para projeto de médio porte. Impossível não é, os dados existem, mas faltariam recursos humanos para sua realização.

SETIC sugere que, caso não seja de extrema necessidade, que seja adiado ou que a OAB busque outras formas de consultas.

Paulo complementa que são 27 temas e que o requerente quer apresentar trabalho em 5 de maio, o que não seria possível.

Dr. Wilton ponderou que, ao realizar o trabalho, em ferramenta extremamente delicada de ser construída e desconstruída, que poderia não excluir dados sensíveis, o Tribunal assumiria riscos.

Dr. Levi completou que o CPDTIC tem grande volume de sistemas para fazer.

Dra. Luciane falou dos projetos nacionais de inteligência nacional, Gemini e Sinapses, com dificuldade de classificação.

Dada a exiguidade do prazo e impossibilidade de o TRT desenvolver ferramenta para anonimizar dados, não há como disponibilizar banco de dados sem comprometer a LGPD, não sendo possível, neste momento, atender à demanda.

- **PROAD 28547/2022** - autos ao Comitê Gestor Regional do PJe, para manifestação do quanto proposto acerca de "Extensões do PJe - Demandas da Oficina Pensando Gestão de Pessoas do FT de Bauru":

Dra. Luciane explicou que o Comitê de Gestão de Pessoas entendeu que o ambiente para desenvolvimento de extensões poderia ser o Laboratório de Inovação ou a unidade de lotação de quem sugere.

Herbert pediu para garantir a institucionalização da solução desenvolvida, que a solução seja do Tribunal, de acordo com portarias de mapas de trabalho de gestão e TI.

Dra. Luciane completou que é necessário levar em conta direitos autorais e uso de orçamento público.

Comitê aprovou as propostas.

- **ConsAdm 000020-22.2023.2.00.0515 PJeCor** - Consulta Administrativa autuada a partir da constatação da exclusão do Perfil de Administrador Negocial, no Processo Judicial Eletrônico, de servidores lotados na Secretaria da Corregedoria Regional - Despacho da Corregedoria de ciência ao Comitê Gestor Regional do PJe, ao Secretário Judiciário e ao Núcleo de Apoio ao PJe:

Dr. Levi explicou solução que foi antecipadamente realizada na Presidência, já solucionada com a Corregedoria a partir de liberação de acesso para alguns perfis apenas.

Dra Luciane mostrou que, diante do momento de crise de fraudes no sistema, os acessos foram retirados.

Herbert falou que perfis de administrador de sistema costumam ser para duas ou três pessoas e que três servidores receberam direito de acesso da Corregedoria e mais a área técnica da TI, por segurança, já que administrador de sistema significa ter acesso a todas as tabelas básicas, permitindo modificar tabelas com impacto para todos os usuários do sistema.

Herbert falou ainda que, à época, havia mais de 150 perfis de administrador, o que também afetava a performance do sistema, pois o consumo dos recursos de TI era muito alto com número de servidores usando esses perfis. A medida, então, resolveu tanto o problema de segurança como de performance.

Se for necessário cadastro de novo perfil, o pedido deverá ser levado ao Núcleo de Apoio ao PJe ou à SETIC. Pedidos são raros e dependem de formalização por meio de

autuação de PROAD e submissão ao Comitê Gestor Regional do PJe.

Comitê deliberou por encaminhar explicações à Corregedoria.

- Outros assuntos:

Herbert explicou que alguns advogados reclamam de falta de assinatura no sistema, que o sistema eventualmente não registra tentativa de assinatura e, se não conferem, perdem prazo.

Relatou ainda que nova versão do PJe foi liberada para homologação e que os testes são realizados nesta semana, para colocar o quanto antes em produção, para sanar esse problema.

Dr. Carlos Eduardo relatou que um advogado pediu para agendar reunião sobre caso concreto assim.

Herbert explicou que a situação é complexa e que parece que a nova versão conseguiria amenizar o problema, porque é colocado aviso do erro, mas que depende da máquina do usuário, da internet, da velocidade, da versão do assinador, da comunicação da operação realizada com o Tribunal etc, mas que se espera que a nova versão resolva.

Dr. Wilton completou que a tentativa não é registrada, somente o ato já assinado. Questionou se haveria variante no sistema que permita cercar, por que num determinado período não assinou, se é o mesmo sistema e o mesmo assinador. Há como relacionar intervalo de tempo para levantar possíveis erros?

Herbert explicou que teve caso à noite, em horário teoricamente mais ocioso.

A orientação é a de que o usuário confira no próprio PJe se ficou assinado, apesar de chegar mensagem de que documento foi assinado com sucesso, induzindo a erro ou a confiar que deu certo, mesmo sem sucesso em todas as assinaturas.

Edson ponderou que o problema pode estar na máquina do usuário, mas que o sistema informa que assinou mesmo quando não assinou. Sistema faz upload, salva o documento que foi para a base. Quando existe o documento anexado a ser identificado pela conferência no sistema, é possível ver se o upload está lá, mesmo que não assinado. Se não for recebido nem o documento sem assinatura, não é possível aceitar assinaturas após o prazo, não há argumentação.

Dra. Camila falou que percebeu que o advogado não mostra pelo menos um print screen da tela, o que comprovaria a alegação e não se aplicaria a revelia. Algumas empresas multinacionais diversas, com vários processos, tem alegado a dificuldade ou a impossibilidade de assinatura por possível erro de sistema em um ou outro processo apenas, mas o magistrado tem que analisar a realidade fática ou dificuldade ocasional, com mais cautela em próximos casos, insistindo que se tente fazer a prova, que os advogados tragam comprovações, como contato por escrito com setores técnicos da informática, print da tela etc.

Herbert alertou que não há como afirmar que o erro é do sistema, mas que o assunto é complexo e que a questão processual deve ser resolvida pelo magistrado da causa. Não há comprovação de ser um erro do sistema PJe. Há muitos casos e fatores a serem avaliados.

Dr. Canicoba ponderou que tem receio de que seja um erro de sistema, podendo haver algum problema de responsabilidade regional, por exemplo. Sabe que alguns usarão indevidamente o erro, mas sugere investigar melhor, consultar o Comitê Nacional, não

sacrificar os que estão com a razão porque outros usam de forma errada. Soltar correção disso em outra versão mostra que pode ter erro e pode ter reflexos. Pergunta se há casos parecidos em outros Regionais.

Propôs considerar a premissa de que há upload, de que tentou juntar o documento e só não se finalizou a assinatura.

Dr. Levi sugeriu fazer uma informação a todas as VTs de que há uma possível falha e que aqueles advogados que se sentirem prejudicados podem requerer ao juiz, que irá avaliar cada caso.

Dra. Alessandra Andery concordou que não é possível cometer injustiça com um, pensando em possível aproveitamento de outro. Indagou se a nova versão vai mudar forma de assinatura, ao que Edson Donadon explicou que não, mas que o sistema vai mostrar que deu erro, informando sucesso ou falha.

Dr. Canicoba concordou com a ideia da Dra. Alessandra de que se observe registro de entrada de documento, ainda que não apareça, mas que a área técnica tenha como confirmar na base.

Dr. Levi mostrou preocupação em dar tratamento benéfico e compete ao julgador da causa resolver, considerando que tem acontecido mais de um caso.

Dra. Luciane reforçou que, se houver upload, demonstra que o usuário tentou inserir, mas que não há como saber se teve erro de máquina, de internet, pessoal, ou não. Não se pode assumir erros do sistema diante da versão nova. Pediu ao Herbert para perguntar no grupo nacional se tem acontecido, se é problema nacional, para dar orientação igual à nacional e não só regional.

Herbert explicou que não há notícias de mudanças de procedimentos na nova versão, mas sim da mensagem que confirma a assinatura ou o erro.

- **EXE15:**

Dra. Luciane sugeriu fazer apresentação ao Exmo. Juiz Secretário-Geral do CSJT e Coordenador Nacional do PJe-JT, BRÁULIO GABRIEL GUSMÃO, no TST, para que possa endossar os investimentos em pessoas, orçamento e tempo, de forma a validar a nacionalização do EXE15 e para reforçar com TST/CSJT para que o projeto do TRT15 seja levado ao CNJ. Comitê aprovou.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18h30.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce DACC - Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	27/3/2023
Ata aprovada por	Desembargadora Luciane Storer Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe	Em	29/3/2023